

DESTAQUE

OLIVEIROS S. FERREIRA

Na Serra do Japi

**D**eixemos por um instante o palco grande do imenso teatro nacional e fixemos o olhar num outro, pequeno. É preciso ver, no entanto, que a peça que se encena no cenário menor tem muito a ver com todas as outras que atraem a atenção do público na sala principal.

☆

Há, entre os grupos ecológicos de Jundiá que desejam preservar a Serra do Japi, o temor de não encontrar nas autoridades federais, estaduais e municipais o amparo indispensável para levar avante a luta para que se respeitem as peculiaridades da Serra. O receio não é apenas de que o seu trabalho em defesa do que ainda resta dela enquanto reduto de mata nativa tenha sido em vão, mas que as leis sejam simplesmente ultrapassadas pelos fatos — isto é, pela reiterada ação de pessoas, cujo interesse preservacionista é amealhar dinheiro e vê-lo reproduzir-se. O ponto alto da campanha preservacionista foi o tombamento da Serra pelo Condephaat, estabelecendo os limites do que deveria ser preservado, quais as atividades econômicas compatíveis com a região e qual o módulo que deveria vigorar na venda de terrenos.

Foi fixado módulo bem superior ao do Incra, seja para impedir que a ocupação desordenada do solo acabasse por desvirtuar o ambiente (terra, fauna, flora e ar), seja para garantir que a estrutura geológica da serra, *sabidamente ainda em formação*, fosse danificada. Hoje, a situação é triste.

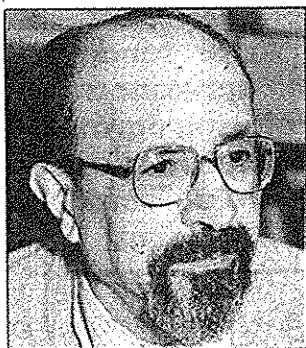
Triste, em primeiro lugar, porque aos poucos a segurança que existia na serra está desaparecendo: hoje, na vertente de Santa Clara (km 54,5 da Anhangueira), tradicional caminho dosromeiros que vão a Pirapora, já se encontram carros "depenados", e mais acima, bem no alto, locais para a execução pura e simples de desafetos. Triste, porque a Polícia Florestal não tem condições para fazer um policiamento eficiente e impedir que caçadores furtivos eliminem o que resta ainda da fauna, nem muito me-

nos para garantir que as interdições de terraplenagem que sejam cumpridas até o fim, ou que a derrubada de mata não se dê. A imprensa local, especialmente o *Jornal de Jundiá*, tem registrado a abertura de estradas de serviço no meio da mata na vertente da Malota (km 58). Ninguém faz nada. Triste, em seguida, porque não há autoridades capazes de fazer respeitar o módulo do Condephaat (já se dividem lotes em outros quatro, bem menores, e os cartórios tudo registram!), ou interditar loteamentos no sopé da serra em flagrante desrespeito às posturas do Incra. Fazem: recentemente, insensíveis à destruição, a Câmara Municipal aprovou e o prefeito sancionou lei regularizando loteamentos clandestinos. Triste, finalmente, porque

ninguém consegue saber quem tem autoridade sobre quem, e que órgão federal ou estadual pode autorizar o desmatamento de 1,7 milhão de árvores (*Pinus Eliotis*), assim sem mais, para supostamente plantar-se mudas de espécies nativas.

Aliás, pelo que o *Jornal de Jundiá* vem noticiando, a autorização para o desmatamento teria sido dada pelo Ibama e, ao que corre na cidade, sem que os proprietários tivessem apresentado

o projeto de desmatamento e replantio. Curioso é que o Condephaat não sabe da autorização; o Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais também não, embora julgue que devesse ter sido consultado. Assim, as autoridades estaduais, que são as únicas que poderiam atuar na defesa daquilo que o governo do sr. Franco Montoro considerou importante preservar, nada sabem — ou porque não foram informadas, ou porque não conseguem localizar papéis ou porque não se sabe o quê. Enquanto ninguém faz nada, a Serra do Japi continua ameaçada — e as autoridades federais, estaduais e municipais começam a ter seu prestígio solapado. Elas permitiram ou permitirão que a serra acabe e se transforme em quase-favela, brita e dinheiro?



■ Oliveira S. Ferreira é diretor do "Estado"

**A serra continua ameaçada e as autoridades começam a ter o prestígio solapado**

Documentação  
 OESP  
 data 20/11/95  
 p. 23  
 A4